

Duas propagandas: o futuro mitificado, polivalência e tecnicismo, dois projetos de educação brasileiros (1968 – 1971)¹

Two propagandas: the mythologized future, multipurpose and technicality, two brazilians educationals projects (1968 – 1971)

George Fredman Santos Oliveira²
Universidade Federal de Minas Gerais – UFMG
Belo Horizonte, MG, 31999-999, Brasil

Alexandre Fernandez Vaz³
Universidade Federal de Santa Catarina – UFSC
Florianópolis, SC, 88020-210, Brasil

Resumo: o artigo a seguir descreve e analisa duas peças de propagandas fílmicas educacionais do governo dos militares nos anos de 1972 e 1973, correspondentes a dois projetos urdidos entre os anos de 1968 e 1971, os quais relacionam educação-trabalho-desenvolvimento, mas mantém, entre si, semelhanças e singularidades tensas. Ao procurarem veicular o imaginário social perseguido pelo governo militarizado, tais propagandas procuraram veicular, ao mesmo tempo, a suposta neutralidade político-educacional daquele governo, que, por meio do trabalho de dominação viabilizado pelo golpe de 31 de março de 1964, intentava inculcar a crença numa sociedade imaginada, harmônica e conciliada em suas relações de classes, étnicas, geracionais, culturais.

Palavras-chave: propaganda política; polivalência; tecnicismo.

Abstract: This paper describes and analyzes two pieces of educational film propaganda from the military dictatorship in the years 1972 and 1973, corresponding to two projects created between the years 1968 and

¹ Este trabalho é resultado parcial do Programa de Pesquisas Teoria Crítica, Racionalidades e Educação VI: estudos para a compreensão do tempo presente, financiado pelo Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico - CNPq (408324/2023-6, 312749/2021-0, bolsas PIBIC/UFSC/CNPq).

² Doutor em Educação pelo Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade Federal de Santa Catarina (PPGE/UFSC), Arquivista na Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG), membro do Núcleo de Estudos e Pesquisas Educação e Sociedade Contemporânea (UFSC/CNPq), e do grupo de estudos Educación, Sociedad y Tiempo Libre (ESTiL) da Universidad de la República (UDELAR/Uruguai). ORCID: <https://orcid.org/0000-0003-0431-1618>. E-mail: georgefredoliveira@gmail.com.

³ Doutor pela Leibniz Universität Hannover, Alemanha; Professor titular da Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC), onde atua no Departamento de Estudos Especializados em Educação e no Programa de Pós-Graduação Interdisciplinar em Ciências Humanas e no Programa de Pós-Graduação em Educação; Coordenador geral do Núcleo de Estudos e Pesquisas Educação e Sociedade Contemporânea (UFSC/CNPq); Pesquisador do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq). ORCID: <https://orcid.org/0000-0003-4194-3876>. E-mail: alexvfaz@uol.com.br.



Esta obra está licenciada com uma Licença [Creative Commons](https://creativecommons.org/licenses/by/4.0/)
Atribuição 4.0 Internacional.

1971 that relate education-work-development, but maintain each other tense similarities and singularities. By seeking to convey the social imaginary pursued by the militarized government, such publicity sought to convey at the same time the supposed political-educational neutrality of that government, which, through the work of domination made possible by the coup of March 31, 1964, intended to inculcate belief in an imagined society, harmonious and reconciled in its class, ethnic, generational and cultural relationships.

Keywords: political advertising; multipurpose education; technicality education.

1. Introdução: um regime de imagens para uma imagem do regime

O ano era 1968, e, logo no dia 04 de janeiro, o general-presidente Costa e Silva fez publicar o Decreto-Lei nº 348, que dispunha sobre a organização, a competência e o funcionamento do Conselho de Segurança Nacional (Brasil, 1968a). Aquele ano demonstraria ter sido muito profícuo para a edição dos atos do governo⁴, um traço característico dos anos de governo sob regime ditatorial; esse Decreto-Lei seria o ato inaugural das ações do executivo federal sobre a educação em 1968, e, em certa medida, antecipava as medidas que seriam adotadas no Ato Institucional nº 5 (AI-5), em dezembro daquele mesmo ano.

O texto do Decreto-Lei nº 348/68 era econômico, não ocuparia mais que três páginas de um texto datilografado; mas no que economiza na escrita excede em aplicação, não seria exagero dizer que abarcou um pouco de tudo do que se refere à vida social em suas competências. Lê-se no inciso IV do artigo 8º:

IV - O estudo dos problemas relativos à Segurança Nacional, com a cooperação dos órgãos de informação e dos incumbidos de preparar a mobilização nacional e as operações militares, no que concerne, em particular, a:

- a) política de transportes;
- b) política de mineração;
- c) política siderúrgica;
- d) política de energia elétrica;
- e) política de energia nuclear;
- f) política do petróleo;
- g) política de desenvolvimento industrial, visando em especial às indústrias compreendidas no Plano de Mobilização;
- h) política de desenvolvimento regional e de ocupação do território;
- i) política de pesquisa e experimentação tecnológica;
- j) política de educação;

⁴ Foram publicados 2.330 atos normativos, entre muitas tipologias; um Ato Institucional; no ano anterior, 1967, foram publicados 2.737; e, no ano seguinte, 1969, 2.869 atos foram publicados (Câmara dos Deputados, 2024).



Esta obra está licenciada com uma Licença [Creative Commons](https://creativecommons.org/licenses/by/4.0/) Atribuição 4.0 Internacional.

Revista Tópicos Educacionais, Pernambuco, v. 30, n. 1, p. 78-99, 2024. ISSN: 2448-0215.

Dossiê Temático: “O golpe de 1964 e a educação”

<https://periodicos.ufpe.br/revistas/topicoseducacionais/index>

<https://doi.org/10.51359/2448-0215.2024.263726>

- l) política sindical;
- m) política de imigração;
- n) política de telecomunicações.

É importante dar atenção ao artigo 4º do Decreto-Lei, que coloca lado a lado atividades econômicas e política educacional, elencando, assim, o governo da ocasião a educação como um “conceito estratégico” – termo proposto nesse próprio decreto – para a segurança nacional. Não seria a ordem das alíneas que faria conjecturar o quanto as cinco últimas pertencem, e em que grau, às atividades econômicas de um país. No entanto, passados 56 anos da publicação daquela norma, é possível afirmar, com alguma segurança, que as políticas elencadas foram recrutadas para a lista por terem alguma importância de ordem econômica, e que a dita “segurança nacional” se balizava por questões de ordem econômica. Sendo assim, o Decreto-Lei nº 348 é Econômico, e, por fim, algo mais: o ordenamento e o comportamento por parte do Executivo Federal, por meio desse Decreto-Lei, restaria refém da doutrina da segurança nacional de corte militar.

Naquele mesmo ano, outras leis importantes seriam igualmente publicadas para o campo da educação: a Lei nº 5.540, de 28 de novembro de 1968 (Brasil, 1968b); o Decreto nº 63.914, de 26 de dezembro de 1968 (Brasil, 1968c); o Decreto-Lei nº 405, de 31 de dezembro de 1968 (Brasil, 1968d). A primeira fixa as normas de organização e funcionamento do ensino superior e sua articulação com a escola média, conhecida como Lei da Reforma Universitária; a segunda dispõe sobre o Programa de Expansão e Melhoria do Ensino Médio (Premem); e a terceira, sobre o incremento de matrículas em estabelecimentos de ensino superior.

A publicação de atos é capital para o ordenamento jurídico e governança de um país, mesmo num regime de exceção, imposta pela necessidade de o governo transmitir aos seus governados a sensação de segurança jurídica, de normalidade jurídica, de legitimidade jurídica. Não se questiona a importância e o lugar das leis num Estado de Direito contemporâneo; e, caso se questione a proficuidade da edição dos atos normativos no regime militar, dir-se-ia que essa fertilidade de textos legais – legais na sua forma de apresentação no mundo fenomênico, não necessariamente de sua legitimidade política – apenas corrobora tal necessidade e importância: nem mesmo o regime abriu mão do formalismo positivo (e impositivo) das leis para se sustentar e sustentar a exceção dos próprios atos. A publicação dos atos do regime, nesse caso, é só mais um pigmento na máscara do *slogan*, supostamente democrático, da república dos militares.



Esta obra está licenciada com uma Licença [Creative Commons](https://creativecommons.org/licenses/by/4.0/)
Atribuição 4.0 Internacional.

Mas as leis, por pura e simples existência no mundo fenomênico, não persuadem os súditos a agirem em conformidade com a *vontade do príncipe* encarnada como vontade do Estado. O trabalho de dominação, para tanto, faz uso de outros meios e mediações que na época contemporânea são conhecidos como: propaganda.

Entretanto, a propaganda política não é uma ciência condensável em fórmulas. Movimenta, inicialmente mecanismos fisiológicos, psíquicos e inconscientes bastante complexos, alguns dos quais mal conhecidos; ademais, seus princípios provêm tanto da estética como da ciência: conselhos da experiência, indicações gerais à maneira das quais sobeja inventar; caso falem as ideias, escasseie o talento ou o público, não há mais propaganda que literatura. A psicagogia, isto é, a direção da alma coletiva, deve muita coisa às ciências modernas; pode tornar-se uma ciência? Aí fica a pergunta. Nossa tentativa, portanto, não é de codificá-la, mesmo no estado atual. Acreditamos - esperamos - que ela não permanecerá encadeada às regras funcionais que lhe reconhecemos (Domenach, 1963, p. 4).

Domenach (1963) associa a emergência da propaganda política à difusão das novas técnicas de impressão, de forma mais expressiva durante a Revolução Francesa, seguidas, nos séculos posteriores, pelas tecnologias da radiotransmissão e televisão. Escrita, palavra e imagem fundem-se pela mediação da ação política no mundo contemporâneo; a plasticidade dessa fusão não serviria apenas para a promoção de mercadorias no contexto do desenvolvimento capitalista, que atravessa a história do Ocidente desde as revoluções liberais, mas também para a promoção de ideias e idealizações não menos afetas ao desenvolvimento capitalista.

Não sendo “condensável em fórmulas”, a propaganda do governo militarizado no Brasil procurou, sim, “movimentar mecanismos fisiológicos (ou *hexis*⁵), psíquicos e inconscientes” da sociedade brasileira em vista da docilização dos ânimos pós-golpe entre 1964 e 1985. Essa docilização se assentaria nas práticas impublicáveis dos porões do regime, numa mão; noutra, naquilo que pudesse ser o meio o mais publicizável segundo a melhor técnica de divulgação disponível no século XX: a televisão.

A pretensão que aqui se tem é menor e diversa: a propaganda política dos anos 1960 e 70 empregou como suporte principal a TV, novidade na época, veículo

⁵ Para Bourdieu (2014), o corpo na sua condição de *hexis* é cultura incorporada: o que dá ao corpo sua fisionomia propriamente social, é uma maneira global de portar seu corpo, de o apresentar aos outros, e exprime, entre outras coisas, uma relação particular – de concordância ou de discordância – entre o corpo real e o corpo legítimo (tal como ele se define por uma classe particular de esquemas de percepção) ou, se preferimos, uma antecipação inconsciente das chances de sucesso da interação que contribui para definir essas chances (pelos traços comumente descritos como segurança, confiança em si, etc.) (Bourdieu, 2014, p.255).



Esta obra está licenciada com uma Licença [Creative Commons](https://creativecommons.org/licenses/by/4.0/) Atribuição 4.0 Internacional.

que se baseia em imagens; os ideólogos dessa propaganda tiveram, pois, que se amparar nelas. Para tanto, necessitaram interpretar, segundo seus interesses, esse conjunto heterogêneo de leituras sob uma perspectiva imagética. Certas cenas nos parecem naturais hoje, quando vemos uma propaganda política de um partido na TV, ou um comercial para turistas que condensa “tomadas sobre o Brasil”, ou um desses clips que comemoram conquistas esportivas brasileiras e que resumem, em 30 segundos, o futebol, o carnaval, a alegria, a sensualidade, o indígena, a feijoada, o negro, a baiana dos acarajés, o barroco mineiro, o café no fogão à lenha, a vitória-régia, o operário de São Paulo, o caipira, o boia-fria, as torres de telecomunicação da Embratel, os computadores, a professorinha do interior, tanto quanto a pracinha da cidade pequena, local pacato e de fundas tradições, ao qual se pode contrapor a metrópole fabril e moderna ou sensual e cosmopolita (Fico, 2024, p. 650, aspas do original).

Levando-se a sério o que diz Fico (2024), a propaganda governamental dos militares, nas décadas que se sucedem ao golpe, incorporam o *modus operandi* da propaganda política totalitária, nos termos da descrição de Domenach (1963), nos casos europeus; mas ao caso brasileiro são incorporados elementos culturais próprios, e dispensados os que pudessem levar a audiência brasileira a uma associação direta com as experiências fascistas europeias *tout court*:

Portanto, não se pode ignorar o conteúdo político por trás dessa fachada aparentemente ingênua, idílica, “despolitizada”: a nova fase, inaugurada pelos militares, fazia promessas sutis. Não as afirmava em hinos marciais, com estandartes, ou a partir do programa de um partido ou da fala de um ditador, personalizado na figura deste ou daquele chefe. Tudo isso já havia sido ridicularizado em outros momentos, no Brasil e no exterior — aqui, especialmente, pelo conhecimento do que fora o DIP. A afirmação das promessas políticas da propaganda do regime militar (promessas de um novo tempo, de fartura e de felicidade) dava-se através de recursos alegóricos, figurados, como a pacífica comemoração da família do filme em pauta — que, afinal, poderia ser qualquer família brasileira, bastando ser convencida de que “a luz do futuro acaba de nascer” (Fico, 2024, p. 2977, aspas do original, o autor se refere a uma propaganda sobre a data religiosa do Natal).

Segundo Fico (2024), o trabalho de dominação do governo militarizado por meio da propaganda fílmica procurou se distanciar da mensagem política explícita para granjear a simpatia e a empatia da sociedade brasileira, utilizando-se de um repertório de imagens diluído nas representações sociais de/num passado seletivo e de/num futuro idealizado. A denegação política da mensagem política do governo dos militares recrutou um Brasil imaginário para promover um Brasil imaginado nas propagandas limadas da linguagem política: o passado como um lugar seguro nas imagens de um país naturalmente diverso em sua paisagem ecocultural e social; bem



Esta obra está licenciada com uma Licença [Creative Commons](https://creativecommons.org/licenses/by/4.0/)
Atribuição 4.0 Internacional.

Revista Tópicos Educacionais, Pernambuco, v. 30, n. 1, p. 78-99, 2024. ISSN: 2448-0215.
Dossiê Temático: “O golpe de 1964 e a educação”
<https://periodicos.ufpe.br/revistas/topicoseducacionais/index>
<https://doi.org/10.51359/2448-0215.2024.263726>

provido desses recursos naturais e humanos a serem empregados na construção de um futuro ainda mais pródigo e satisfatório, um futuro desenvolvido.

Segundo Anderson (2008, p. 32, 34), essa “sociedade imaginada” em torno de um projeto nacionalista, é imaginada como tal e é nacionalista porque:

Mesmo os membros das mais minúsculas das nações jamais conhecerão, encontrarão, ou sequer ouvirão falar da maioria de seus companheiros, embora todos tenham em mente a imagem viva da comunhão entre eles... independentemente da desigualdade e da exploração efetivas que possam existir dentro dela, a nação é sempre concebida como uma profunda camaradagem horizontal.

Nesse sentido, foi possível detectar numa curta duração – entre os anos 1968 e 1973 –, em duas peças fílmicas do regime, o empenho dos militares em realizar dois projetos educacionais distintos, que concorreram entre si, para se tornarem concepções hegemônicas das/nas escolhas político-pedagógicas da ocasião, as quais apresentam pontos de contato, mas um contato com atritos, tanto do ponto de vista das suas concepções pedagógicas quanto dos fins aos quais estas concepções serviriam no interior do projeto desenvolvimentista brasileiro perseguido pelo regime, quais sejam, as concepções polivalente e tecnicista.

As duas peças fílmicas em questão são: “Um novo mundo”, produzido em 1972, que visava divulgar o modelo de Escola Polivalente planejado no Decreto nº 63.914, de 26 de dezembro de 1968 (Brasil, 1968c), fortemente financiado pelos empréstimos da *Agency for International Development* (USAID) (Oliveira, 2024); e “O novo ensino – Lei 5692”, produzido no ano seguinte, 1973, o qual fazia a divulgação do modelo de ensino insculpido na Lei nº 5.692, de 11 de agosto de 1971 (Brasil, 1971), aquela que reformaria o ensino médio, denominando-o de *ensino de segundo grau* e o transformaria em ensino compulsoriamente profissionalizante.

2. Duas propagandas: Polivalência e Tecnicismo nas lentes e no imaginário

“Um novo mundo” foi produzido pela Angra Filmes, com roteiro e texto de José Carlos Avellar⁶ e narração de Tite de Lemos⁷. A peça audiovisual está disponível no Arquivo Nacional

⁶ Produtor, ensaísta, professor e crítico de cinema, nascido em 1936, falecido em 2016 (Filmeb, 2024).



Esta obra está licenciada com uma Licença [Creative Commons Atribuição 4.0 Internacional](https://creativecommons.org/licenses/by/4.0/).

Revista Tópicos Educacionais, Pernambuco, v. 30, n. 1, p. 78-99, 2024. ISSN: 2448-0215.

Dossiê Temático: “O golpe de 1964 e a educação”

<https://periodicos.ufpe.br/revistas/topicoseducacionais/index>

<https://doi.org/10.51359/2448-0215.2024.263726>

(AN), custodiada no formato de fita videomagnética Betacam; sua sinopse na aérea de descrição arquivística informa que o conteúdo seria “aspectos da Escola Polivalente, com o ensino voltado para as necessidades regionais, em vários municípios do interior do Brasil” (AN, 2024). A cópia digital está disponível para acesso público na plataforma de audiovisual Youtube.

“O novo ensino – Lei 5692”, também disponível para acesso público na plataforma do Youtube, foi produzido pelo Departamento do Filme Educativo (DFE) do Instituto Nacional de Cinema (INC)⁸, Ministério da Educação e Cultura (MEC), Programa Nacional de Teleeducação (Prontel), com produção executiva da Cinesul. O roteiro é de Diva Borges, com produção de Eduardo Ruegg⁹ e locução de Paulo César Pereio¹⁰, o filme foi originalmente produzido em película de 35mm e está custodiado pelo Centro Técnico Audiovisual (CTAV). A sinopse informa que se aborda toda a reforma de ensino feita por meio da Lei 5692/71, mostrando a necessidade do ensino experimental, a integração do esporte no currículo escolar – assim como a música, como integrante da comunicação e expressão. O filme mostra também a importância do aconselhamento profissional, pela orientação do jovem na escolha de sua profissão, por meio de um trabalho conjunto entre a escola, a família e o aluno (Cinemateca Brasileira, 2024).

Ambos os filmes procuram apresentar à audiência os projetos educacionais insculpidos nos atos normativos informados nos parágrafos introdutórios a este texto, articulando ato governamental e propaganda, a dicção positivada da lei e a dicção *imagética* do meio audiovisual.

O filme de 1972 procura divulgar a renovação da escola secundária com a implementação do modelo no Brasil chamado de *Polivalente*, de inspiração do mundo anglófono, lá chamado de

⁷ Jornalista, escritor, compositor e dramaturgo, nascido em 1942, falecido em 1989; voz na locução em *Cabra Marcado para Morrer* de 1984 (Miranda, 2024; Paraíba Criativa, 2020).

⁸ O casamento entre cinema, educação e propaganda dá seus primeiros passos com o Instituto Nacional do Cinema Educativo (INCE), administrado por Roquete Pinto, inaugurado durante o primeiro governo de Getúlio Vargas (Pereira, 2021) nos anos 1930. Nessas incursões audiovisuais, as primeiras sementes da comunidade nacional imaginada começam a dar seus passos como projeto político. Um dos rebentos, o Instituto Nacional do Cinema (INC), fará as vezes do seu precursor durante o período da ditadura no Brasil. “Foi criado pelo Decreto-Lei nº 43, de 18 de novembro de 1966, em substituição ao Instituto Nacional de Cinema Educacional (INCE) para promover e estimular o desenvolvimento das atividades cinematográficas no país, tendo o objetivo de formular e executar a política governamental relativa à produção, importação, distribuição e exibição de filmes, desenvolvimento da indústria cinematográfica brasileira, seu fomento cultural e sua promoção no exterior. Em 9 de dezembro de 1975, a lei n. 6.281 determinou sua extinção, transferindo suas atribuições para a Embrafilme” (IEB, 2016)

⁹ Produtor, fotógrafo, trabalhou na produção do longa documentário “70 Anos de Brasil” de Jurandir Noronha, resultando de uma grande pesquisa sobre a memória cinematográfica brasileira com a colaboração de Júlio Heilbron entre 1972 e 1974 (Millarch, 1975).

¹⁰ Ator brasileiro, nascido em 1940, falecido em 2024, atuou em filmes de, entre outros, Ruy Guerra, Arnaldo Jabor, Glauber Rocha e Hector Babenco.



Esta obra está licenciada com uma Licença [Creative Commons Atribuição 4.0 Internacional](https://creativecommons.org/licenses/by/4.0/).

Comprehensive School (Rubistein e Simon, 2007; Gillard, 2018; Oliveira, 2024). A peça de propaganda disponível na plataforma audiovisual está em preto e branco, percebe-se que, na transposição para o meio digital, a qualidade da gravação cai, com alguns indícios de deterioração, e as imagens não estão nítidas, apresentam granulação; o áudio, por sua vez, permanece claro e inteligível, ainda que os ruídos e os limites técnicos de gravação da ocasião tenham permanecido na cópia, com o som um tanto abafado, unidimensional, sem nuances entre o perto e o longe, o alto e baixo, o grave e o agudo.

“Um novo mundo” inicia com uma música de fundo na qual um coro entoia um “lá lá lá lá...” enquanto, na cena, jovens de mãos dadas dançam numa grande ciranda; este frame é rápido e logo cortado para uma segunda cena na qual meninos de jaleco, num cenário que lembra uma oficina, desempenam uma peça de metal, usando martelo e bigorna; rapidamente a cena muda novamente para um mercado portuário e, em seguida, para um grande plano aberto e panorâmico, onde se vê um conjunto de casas de traços coloniais à beira de um grande rio ou, talvez, o mar. Não foi possível reconhecer se se trata da cidade Xique-Xique, no sertão da Bahia, às margens do Rio São Francisco, que mais à frente será mencionada na peça, ou de outra cidade com resquícios de arquitetura colonial. Devido à má qualidade das imagens, as cenas (a)parecem chapadas, com pouca profundidade e contraste.

A sequência ligeira da cena inicial dá o mote do filme: a relação da escola com o trabalho. A partir daí, desfilarão tomadas mostrando jovens estudantes no ambiente escolar. O filme investirá no cenário da escola almejada pelo Programa de Expansão e Melhoria do Ensino Médio (Premem), o programa que gerenciava a renovação da escola tradicional rumo à Escola Polivalente, escola esta que incorpora meios, recursos, vivências, aprendizados da vida do trabalho e do trabalhador. Meninas cuidam de uma horta no terreno da escola e, em seguida, um lavrador aparece trabalhando na roça. O telhado de uma grande fábrica, com suas chaminés fumacentas, surge antes que um cavaleiro, em trajes gaúchos, que cavalga em meio à savana dos pampas, apareça, dando lugar, em seguida, a meninos usando uma serra de disco numa bancada para, imediatamente, surgir outro, agora um cavaleiro no sertão nordestino, com as tradicionais roupas de couro, cavalgando entre a vegetação da caatinga.

A cena da grande ciranda retorna, fechando o ciclo do primeiro arco intencional do tema do filme: um novo mundo surge por meio de uma nova concepção escolar sem entrar em conflito com



Esta obra está licenciada com uma Licença [Creative Commons](https://creativecommons.org/licenses/by/4.0/)
Atribuição 4.0 Internacional.

as imagens das tradições brasileiras; os jovens sorrindo, de mãos dadas, no ambiente escolar, recuperam o mito da infância feliz e inocente numa das formas mais comuns de socialização e jogo infantil, que é a ciranda de roda, numa representação de que o futuro do Brasil, de norte a sul, anda de mãos dadas.

Tite de Lemos entra com a locução: uma nova educação começa a ser construída, no lugar do tradicional ginásio acadêmico surge a escola polivalente, uma instituição para todos, democrática, sem distinções, mas destinada a atender às características particulares de cada região... para cidades com atividade industrial predominante, cidades com economia agropecuária e indústria em expansão, e cidades de pequena população e economia nitidamente agrária... visa criar um centro de ensino, cultural e prático para integrar os alunos à paisagem socioeconômica das cidades, às características próprias de cada região. A juventude, de mãos dadas, irmanada, celebra o passado seguro em suas tradições e a recepção de um mundo novo, no qual a contradição trabalho-capital fora, enfim, superada. A Escola Polivalente seria este lugar redentor da história brasileira, na qual as diferenças são respeitadas, e os dons singulares são valorizados e aprimorados para o crescimento socioeconômico do País. Passado e futuro também se dão as mãos em imagens alegóricas e estereotipadas da paisagem natural e social.

O Premem previa a construção de escolas modelo, primeiramente, em quatro estados brasileiros: Bahia, Espírito Santo, Minas Gerais e Rio Grande do Sul (Pedrosa e Junior, 2015). São mencionadas no filme escolas em Ouro Preto/MG, Monlevade/MG, Muritiba/BA, Xique-Xique/BA como exemplos do ensaio da integração da nova escola e dos seus novos alunos às atividades econômicas desses locais; Carlos, aluno da escola modelo em Xique-Xique, é mencionado como exemplo do estudante que adquire conhecimentos práticos relacionados à atividade rural, da qual se ocupa com o pai na roça, e o seu caso como exemplo de “integração à vida comunitária” por meio da escola/escolarização. Esse segundo grande arco temático coroa a proposta da propaganda do filme.

Uma pergunta é feita: “qual a função social da escola no grupo social?” À medida que o filme corre, com sua montagem ligeira, que alterna cenas na escola e fora dela, as características dessa “nova” instituição são apresentadas: o professor orientador, que organiza a turma de alunos dividida em grupos de trabalho, oficinas e ambientes de simulação de práticas ocupacionais (loja para aprender técnicas comerciais, educação para o lar, ateliers de arte e corte e costura,



Esta obra está licenciada com uma Licença [Creative Commons](https://creativecommons.org/licenses/by/4.0/)
Atribuição 4.0 Internacional.

Revista Tópicos Educacionais, Pernambuco, v. 30, n. 1, p. 78-99, 2024. ISSN: 2448-0215.

Dossiê Temático: “O golpe de 1964 e a educação”

<https://periodicos.ufpe.br/revistas/topicoseducacionais/index>

<https://doi.org/10.51359/2448-0215.2024.263726>

laboratórios, oficinas de artes industriais); a escola serve para que os alunos testem suas aptidões; no currículo básico são mencionadas disciplinas como a Comunicação e Expressão, Ciências Sociais e Ciências: “o importante é criar um programa que ponha fim à distinção entre a escola acadêmica e a escola para o trabalho” afirma a locução. A escola seria vista como um centro cultural e um centro esportivo, o que seria fundamental para a integração do aluno ao seu grupo social, com a meta de desenvolvimento ocupando lugar essencial, “a escola forma para a vida, a escola se integra à cidade, a cidade vem à escola”. A arquitetura é um elemento central (Gonçalves, 1996), o prédio ocupa uma pequena parte da área, a maior parte está destinada a aulas ao ar livre, prática de esportes e recreação, no entorno desse prédio estão as terras onde são praticadas as aulas de técnicas agrícolas. O projeto arquitetônico previa a utilização de uma área de 20 mil m².

O empreendimento dessas escolas modelo era grandioso, audacioso; empreendimentos de grande vulto marcam as apostas do regime em relação à reforma dos espaços e suas ocupações (Monterastelli, 2024), e a Escola Polivalente faria parte desse pacote “faraônico” no campo da educação. Os empréstimos junto à agência internacional Usaid seriam empregados nesse propósito, podendo o montante do empréstimo, no período aqui estudado (1968-1973), ter chegado às cifras de 350 milhões de dólares (Caterina, 2015).

A qualidade da versão do filme de 1973, “O novo ensino – Lei 5692”, é melhor que a do seu antecessor. As imagens estão bem conservadas e íntegras, as filmagens foram feitas em cores, e a qualidade do som está bem preservada. A primeira cena, acompanhada de uma música instrumental calma, é a de crianças e jovens agrupados, correndo num grande jardim, gramado e bem arborizado, em direção à posição da câmera; Paulo César Pereio entra imediatamente com a locução: “o novo ensino tem por objetivo...” Enquanto narra, os jovens correm e rostos em closes aleatórios vão se alternando na cena, aparece o rosto de uma criança com traços asiáticos, seguida de uma criança negra, uma branca e, então, um adolescente negro... conduzindo imagetivamente a audiência, desde essas primeiras imagens, a acreditar na confraternização etnocultural da juventude brasileira. No entanto, não há jovens indígenas, que deveriam, segundo a doutrina da época, permanecer nas aldeias. A cenografia e a cena são idílicas, evocam uma vida feliz e harmônica entre a juventude, as etnias e a natureza. O arco inicial do tema desse filme é construído então, nesta tomada inaugural – cuja aparência quase bíblica é notável –, com a adaptação narrada



Esta obra está licenciada com uma Licença [Creative Commons](https://creativecommons.org/licenses/by/4.0/)
Atribuição 4.0 Internacional.

Revista Tópicos Educacionais, Pernambuco, v. 30, n. 1, p. 78-99, 2024. ISSN: 2448-0215.
Dossiê Temático: “O golpe de 1964 e a educação”
<https://periodicos.ufpe.br/revistas/topicoseducacionais/index>
<https://doi.org/10.51359/2448-0215.2024.263726>

do artigo primeiro da Lei 5692/71: “ensino de 1º e 2º graus tem por objetivo geral proporcionar ao educando a formação necessária ao desenvolvimento de suas potencialidades como elemento de autorrealização, qualificação para o trabalho e preparo para o exercício consciente da cidadania” (Brasil, 1971).

Desdobrando-se daí, o arco temático central se desenvolve: a locução continua utilizando-se de trechos adaptados da lei e de um texto produzido para a peça publicitária. Crianças, que parecem ter entre 08 e 10 anos, são colocadas numa cenografia de uma sala de aula com móveis proporcionais à sua estatura e seguram livros e cadernos nas mãos, simulando sua leitura; a disposição do mobiliário é dada em dois semicírculos (diferentemente da tradicional fila indiana); a mesma sala é novamente apresentada, mas agora os móveis foram transportados para perto das paredes ou dispostos em pequenas ilhas de quatro carteiras; as crianças estão espalhadas pelo chão da sala. A sala das imagens seguintes ocupa um cenário mais amplo, com crianças um pouco maiores que as da cena anterior; aparentemente, é uma sala de sensibilização artística, onde, em grandes balcões improvisados com as carteiras, as crianças pintam, e modelam argila. As transições de cena neste ambiente se movimentam em planos maiores mostrando a turma de estudantes, closes nas mãos das crianças pintando e modelando o barro, closes nos rostos das crianças variando o gênero e a cor da pele. Em seguida, num novo cenário, crianças em uniforme escolar cuidam de uma horta, assentam-se na terra, cavoucam os canteiros com as próprias mãos ou usando ferramentas de horticultura, dois meninos transportam um saco de material (poderia ser de adubo!).

Uma agência modelo dos Correios é mostrada em seguida, e na parede que dá acesso ao balcão de atendimento, lê-se o nome do município de Niterói, no Rio de Janeiro; não é possível ver/ler o restante do letreiro (ou seria uma propaganda dentro propaganda, pois a construção da ponte Rio/Niterói estava a pleno vapor na ocasião?). Meninas de *collant* aparecem praticando ginástica rítmica no aparelho bola na quadra poliesportiva da escola; a esta altura uma música suave faz o fundo com um coro entoando um “lá lá lá lá...”, os temas musicais, sem informação de letra, parecem ter sido uma escolha comum para essas peças publicitárias, são neutras, de fácil recepção, atemáticas. Closes com os rostos dos jovens e imagens captadas de lâminas microscópicas vão se alternando; os jovens são mostrados numa sala com os microscópios logo em seguida; a cena muda sem aviso para um ensaio com eles tocando flautas. A progressão do filme



Esta obra está licenciada com uma Licença [Creative Commons](https://creativecommons.org/licenses/by/4.0/)
Atribuição 4.0 Internacional.

Revista Tópicos Educacionais, Pernambuco, v. 30, n. 1, p. 78-99, 2024. ISSN: 2448-0215.

Dossiê Temático: “O golpe de 1964 e a educação”

<https://periodicos.ufpe.br/revistas/topicoseducacionais/index>

<https://doi.org/10.51359/2448-0215.2024.263726>

sutilmente acompanha a progressão das idades dos estudantes, as primeiras cenas começam com crianças e na cena dos flautistas tem-se jovens talvez entre 14 e 16 anos.

Um diagrama sobre a “integração horizontal e vertical”, segundo a Lei 5692/71 é apresentado no filme.

FIGURA 1 – Diagrama da integração entre os ensinos de 1º e 2º graus



Fonte: Youtube, CTAV (1973).

O resultado das integrações vertical e horizontal conduziriam a uma escolha profissional terminativa no ensino de segundo grau, conforme a descrição da peça publicitária: ao final de oito anos de estudos o aluno que conclui o 1º grau estará apto a ingressar no ensino de segundo grau (integração vertical). Uma vez lá, haverá a escolha profissional “na diversidade de habilitações que atendam ao mercado de trabalho” (integração horizontal). Os diagramas por si mesmos não comunicam essas informações.

FIGURA 2 – Diagrama da base curricular



Esta obra está licenciada com uma Licença [Creative Commons Atribuição 4.0 Internacional](https://creativecommons.org/licenses/by/4.0/).

Revista Tópicos Educacionais, Pernambuco, v. 30, n. 1, p. 78-99, 2024. ISSN: 2448-0215.

Dossiê Temático: “O golpe de 1964 e a educação”

<https://periodicos.ufpe.br/revistas/topicoseducacionais/index>

<https://doi.org/10.51359/2448-0215.2024.263726>



Fonte: Youtube, CTAV (1973).

Em seguida, a narração apresenta mais dois diagramas, um se refere à racionalização dos recursos e da mão-de-obra educacional que levaria adiante o projeto da reforma da Lei 5692/71; o último diagrama, apresentado acima, representa a organização curricular: um núcleo comum obrigatório e nacional e uma parte diversificada “especial” que atenda às “peculiaridades locais e às características dos alunos”. Não são informados ou exemplificados quais seriam os conteúdos dessas formações geral e especial citadas no filme. É mencionada a instituição “obrigatória” da orientação educacional para promover o aconselhamento vocacional em cooperação com professores, família e comunidade. A palavra *comunidade* é recorrente, nessa peça de 1973, assim como fora na do ano anterior. A encenação de uma reunião de professores, compenetrados, dialogando, alternando-se closes nas faces de pessoas de idades e etnias diferentes, é um recurso de montagem construído para sustentar os arcos da publicidade desse vídeo.

O arco temático dá um grande salto, sai completamente do ambiente escolar e dos corpos juvenis para o ambiente do trabalho com adultos, seguindo a progressão etária proposta sutilmente pelo filme. O primeiro local de trabalho é uma fábrica de tecidos, seguido por ambientes como os da construção civil, escritório de arquitetura (ou algo de natureza similar), cozinha industrial, tornearia mecânica, agropecuária, uma maternidade. Jovens adultos encenam transportar materiais, fazer medições topográficas, desenhar, cozinhar, vacinar gado, aplicar agrotóxicos numa lavoura, acomodar um bebê num berçário de maternidade. Salas de mecanografia, onde se aprende a usar a máquina datilográfica, uma operadora de telex e de cartões perfurados, salas com computadores da época, apontam para a entrada da Educação (e por correspondência, do País) à nova era da eletrônica. A sala de aula é substituída, nesse salto, pelo local de trabalho.



Esta obra está licenciada com uma Licença [Creative Commons](https://creativecommons.org/licenses/by/4.0/)
Atribuição 4.0 Internacional.

Revista Tópicos Educacionais, Pernambuco, v. 30, n. 1, p. 78-99, 2024. ISSN: 2448-0215.
Dossiê Temático: “O golpe de 1964 e a educação”
<https://periodicos.ufpe.br/revistas/topicoseducacionais/index>
<https://doi.org/10.51359/2448-0215.2024.263726>

Chegando aos minutos finais da peça, e concluindo com o ciclo vital de um indivíduo humano, o arco temático vai se arrematando novamente na sala de aula, onde uma professora, num cenário muito mais precário e com pessoas de aparência muito mais modesta que as apresentadas no início dos arcos, algumas delas idosas, quase todas negras, são apresentadas como estudantes. Pereio narra: “para aqueles que não puderam seguir a escolarização regular na idade própria... está previsto o ensino supletivo”. Mãos e rostos pretos, brancos, maduros e enrugados se ocupam de livros, cartilhas, telas de TVs de tubo e velhos modelos de rádios com os programas do Projeto Minerva¹¹ (o nome faz referência à deusa, cujo animal símbolo, a coruja, se torna ativa no crepúsculo; aqui, aparentemente tomado em oposição à vitalidade da juventude ao ser associado ao ensino de adultos).

A encenação, nesse momento do arco temático, torna-se um pouco tensa, desviando-se do clima leve, otimista, e celebrativo dos cenários anteriores; a estereotipia das pessoas em cena é carregada, impassível, e sem espontaneidade; enquanto o locutor apresenta a ideia do ensino supletivo a distância, pessoas adultas, numa sala de aula, dispostas em carteiras em semicírculo, ouvem e assistem ao tele-ensino como se estivessem diante da teletela do livro de George Orwell: um tanto catatônicas, inexpressivas, uma música instrumental algo sinistra faz o fundo; à professora negra que acompanha a turma cenográfica é dada pouca importância, numa de suas aparições está de costas para a audiência do vídeo. Um mapa do Brasil com a nova divisão regional, dada pelo governo dos militares, conclui o subtema do ensino supletivo a distância.

O arco temático da peça de propaganda se conclui, retomando as imagens do início: os jovens correndo no belo jardim de grama verde e arborizado, enquanto frames rápidos de indústrias, prédios urbanos, estradas asfaltadas, a construção da ponte Rio-Niterói, uma grande antena de telecomunicações, uma refinaria de petróleo, se alternam entre a encenação ao ar livre; os corpos jovens correm do espaço e tempo idílicos da juventude para a fria e dura vida do trabalho. “O novo ensino de 1º e 2º graus decorre da necessidade de mudanças nos objetivos,

¹¹ O Projeto Minerva foi um programa de teleducação criado pelo governo militar federal, pelo então Serviço de Radiodifusão Educativa do Ministério da Educação e Cultura (SRE/MEC) com a finalidade alfabetizar pessoas adultas. Todas as emissoras do país eram obrigadas a transmitir a programação após a transmissão da Hora do Brasil. Sua transmissão teve início em 1º de setembro de 1970. Sua implementação foi deu-se por um decreto presidencial e uma portaria interministerial de nº 408/70, a obrigatoriedade do ensino suplementar para adultos foi fundamentada na Lei 5.692/71.



Esta obra está licenciada com uma Licença [Creative Commons](https://creativecommons.org/licenses/by/4.0/)
Atribuição 4.0 Internacional.

currículos e técnicas de ensino a fim de que a educação contribua efetivamente para o processo desenvolvimentista do País”, conclui Paulo César Pereio, encerrando essa peça propagandística.

3. Considerações finais

Porque o vídeo de 1973 não usou as instalações de uma escola polivalente como cenário? Porque, àquela altura, a concepção polivalente de educação, que mal havia sido inaugurada, perde a guerra contra a concepção tecnicista. Por uma série de fatores, alguns deles ligados ao início do processo de esgotamento da imagem do regime na sociedade civil¹², processo que encontraria expressão com as primeiras greves de trabalhadores no ano de 1978 (Gauditano e Zerwes, 2018; Fundação Perseu Abramo, 2024), mas principalmente pela dificuldade do governo militar em sustentar, tanto do ponto de vista da infraestrutura quanto da abordagem pedagógica, o modelo polivalente: as construções e a continuidade das escolas polivalentes rapidamente mostraram-se um empreendimento dispendioso; não havia precedentes de professores polivalentes para reproduzir a formação de professores polivalentes¹³; à medida que, a década, avança e a tecnoburocracia do aparato estatal do regime não demonstra a autoproclamada acuidade técnica que propagandeava, as entradas dos empréstimos estrangeiros vão recrudescendo (Caterina, 2015; Cunha, 1977; Krueger, 1980; Oliveira, 2024).

Mas onde os dois filmes se encontram? Usando duas vozes viripotentes, varonis, nas locuções dos arcos temáticos, as peças de propaganda relacionam trabalho e escola, economia e educação (cultura); exploram a imagem da infância e da juventude como um tempo de alegria e vivências prazerosas, e a ideia de que esse tempo não se interrompe na (ou por causa da) escola e

¹² “A estratégia, alcinhada pelos próprios militares de ‘distensão social’, seguindo o *modus operandi* da corporação, lança mão do ato e da propaganda do ato para anunciar a ‘boa vontade’ do governante em ‘restituir’ a normalidade civil à sociedade, ‘em discurso aos dirigentes da Arena, o presidente Ernesto Geisel anuncia o projeto de ‘lenta, gradativa e segura distensão’. A estratégia, traçada pelo general Golbery do Couto e Silva, era alterar a Constituição por meio do Congresso, de forma a legitimar parte dos atos institucionais autoritários, restabelecendo alguns direitos democráticos” (Memorial da Democracia, 2024, aspas do original).

¹³ Segundo Amado (1973) e Oliveira (2024), o perfil de um professor polivalente à ocasião seria o de professores encarregados de áreas afins trabalhadas em disciplinas e práticas educativas, em oposição ao professor único e especialista, teria que ser politécnico, e assim deveria ser também a preparação do professor. “O ensino, em classe, devia ser ministrado simultaneamente nas diversas áreas, dividindo-se para isto os alunos em grupos, que periodicamente se revezariam. E o professor acompanharia e orientaria o trabalho de todos os grupos. Esse aspecto de ensino politécnico era de toda importância, dentro dos objetivos gerais do plano, para evitar uma nociva especialização prematura” (Amado, 1973, p. 174).



Esta obra está licenciada com uma Licença [Creative Commons Atribuição 4.0 Internacional](https://creativecommons.org/licenses/by/4.0/).

na escolarização. Esse imaginário sobre a infância e a escola é importante, pois procura abrandar as disposições sociais a respeito da escola tradicional (rígida, verboletrista, conceptualista, arcaica na visão de alguma fração social) para incorporar a ideia de uma escola imaginada em que a vida prosaica e a vida intelectual se encontram; o mundo que vai ser encontrado pelo jovem estudante egresso é simulado, de antemão na vida escolar, e é neste ponto que entra a relação com o trabalho. As novas gerações são recrutadas a encarar na escola o que as espera na vida adulta. E o que as espera é o mundo do trabalho. Preparar-se para ser adulto é preparar-se para ser trabalhador. Uma das funções da escola, nesse sentido, é fazer parecer que essa transição (da juventude idílica para a vida adulta laboral) também seja satisfatória, prazerosa, necessária, inexorável e natural.

Sob certos aspectos, as duas propagandas atualizam as teses filantrópicas dos séculos iluministas, nas quais, de maneira mais acentuada para as camadas da base social (agricultores, operários, trabalhadores braçais, serviçais das mais diversas atividades), a escola e a escolarização deveriam proporcionar algum aprendizado prático, útil e utilitarista, que as auxiliassem a se encontrar e a encontrar seu lugar na ordem social (Freytag, 2019a, 2019b; Jörissen, 1998).

Essa passagem, de 1768 até 1820 aproximadamente, pode, pois, ser vista como um período de progresso nos domínios social, cultural e educativo-institucional, através da renovação do sistema escolar, em que se fez a transição para um "novo mundo"... A utilidade (*Utilitarismus*) do indivíduo torna-se muito importante em relação à comunidade. O indivíduo deve ser aperfeiçoado em benefício da comunidade por meio da formação e da educação filantrópicas. Neste contexto, o aperfeiçoamento do indivíduo é um processo educativo ao longo da vida que deve começar o mais cedo possível. Nas escolas especialmente criadas com esse propósito (*Philanthropinen*), os alunos são ensinados de forma planejada e natural, a fim de promover a mudança desejada na sociedade. O objetivo educativo mais elevado dos filantropos é a felicidade (Freytag, 2019a, aspas do original, tradução livre).

O tema recorrente da “inserção na comunidade”, e como bem chama a atenção Fico (2024) – nenhum dos filmes gasta tempo fazendo proselitismo usando as armas militares para promover a imagem do regime –, buscando formar a impressão de que a autoria por trás das concepções educacionais é resultado das aspirações civis, e que por isso são democráticas e legítimas, reforçando e retroalimentando essa atualização: o esforço pelo aperfeiçoamento humano e a satisfação como processo e destino social são elementos da “natureza humana”, e por conseguinte, imunes e transcendentais às condições políticas que medeiam os processos e interações sociais,



Esta obra está licenciada com uma Licença [Creative Commons](https://creativecommons.org/licenses/by/4.0/)
Atribuição 4.0 Internacional.

inclusive as que atravessam as relações de produção, nesse caso, o trabalho. A escola, então, é apresentada como o lugar da transição da *hexis* escolar para a *hexis* do trabalho, *hexis* laboral; mais uma atualização da tese do *Philantropismus* (Freytag, 2019a, 2019b; Jörissen, 1998).

Nós temos condições de falar do "corpo alienado", se percebemos que a definição do corpo legítimo, como realização da identidade inseparavelmente sexual e social, é um objeto de lutas entre as classes: trabalhar para impor ou para defender um sistema particular de categorias sociais de percepção e de apreciação da identidade pessoal é sempre se esforçar para fazer reconhecer a legitimidade das categorias distintivas que portamos, como indivíduos ou como membros de um grupo e do estilo de vida no qual elas se inserem (Bourdieu, 2014, aspas do original).

Em que os filmes se distinguem? Primeiramente nas questões técnicas e nas opções de texto e roteiro, obviamente. O fato de um deles ser em preto e branco e o outro, em imagem com cores já informa muito. A importância atribuída às cores no segundo filme é importante, demarca não apenas o reconhecimento dos objetos e dos corpos humanos, mas principalmente as diferenças entre esses corpos: cores da pele, idades das personagens, estar num ambiente “natural” e estar num ambiente “construído”. Toda a aposta imagética explorada pela técnica fílmica utilizada em “O novo ensino – Lei 5692” propõe transmitir uma ideia de unidade na diversidade, a impressão de que não há fraturas na sociedade brasileira, há diferenças sem conflitos (especialmente o racial).

No primeiro filme, o arco temático do roteiro se concentra na proposta do modelo escolar, na preparação do jovem para a vida, mas o fluxo narrativo é mais frouxo, as imagens da escola, em sua arquitetura e propósito, são mais importantes que a linearidade da exposição, tanto no fluxo das cenas quanto no texto da locução. O que é feito e pode ser aprendido na/pela escola polivalente é mais importante que o que será encontrado pelo estudante fora dela. No segundo filme, a correspondência proposital entre os tempos e lugares da escolarização e o desenvolvimento da *hexis* da criança para o adulto é mais importante que no primeiro, a linearidade intergeracional é um dado a ser considerado; o filme mantém esse ritmo até o surgimento de uma inflexão nas cenas da educação a distância, nas quais as personagens (por, de fato, serem pessoas mais simples, sem traquejo com a câmera, ou porque foram dirigidas em cena para transmitirem esta impressão, ou as duas alternativas) estão apáticas, sem imersão, deixando a mensagem mais ambígua que a do filme “Um novo mundo”, de 1972. As pessoas, adultas e idosas, aparecem tristes, as crianças, felizes. Isso deixa a impressão de que a salvação está na juventude; com o Brasil refundado na



Esta obra está licenciada com uma Licença [Creative Commons Atribuição 4.0 Internacional](https://creativecommons.org/licenses/by/4.0/).

modernização conservadora da ditadura, o passado, os analfabetos, os velhos, são um resto a remediar, mas sem solução real, e o encargo do futuro é transmitido aos mais novos.

Essa inflexão no ritmo e fluxo imagético passaria despercebida numa avaliação rápida, o que lega para o presente uma pequena suspeita de que a produção do filme “O novo ensino – Lei 5692”, sorrateiramente, deixa passar um “ato falho” crítico em relação à reforma. Mas, conjecturas à parte, a grande diferença entre os dois filmes reside, por fim, em duas concepções educacionais que procuram veicular. A escola polivalente se inspiraria na escola compreensiva anglófona, proporcionando vivências e exploração das próprias habilidades e aptidões numa instituição plural, multilateral e com alguma possibilidade para uma formação mais ampla, com possibilidade de transição para o ensino superior, algo de aparência demasiado democrática para o regime em vigência. Em contrapartida, a escola da reforma da Lei 5692/71 se fecha, é terminal e empobrecida em meios e mediações, orientada a um modelo econômico concentrador de renda e estruturalmente desigual (Bresser-Pereira, 2003). O filme de 1973 tem um desfecho bastante ilustrativo, como no primeiro decreto, citado na introdução deste artigo. As atividades elencadas como estratégicas para a “segurança nacional” reaparecem em forma de imagens: refinaria de petróleo, estradas, pontes, antenas de telecomunicação, indústrias, escolas. E nisso, esse filme é bem-sucedido, transforma em imagens claras o ato governamental; pode-se questionar se a reforma de 1971 se realiza como conteúdo de um projeto educacional após sua implementação e posteridade, mas a tarefa de questionar se a propaganda funciona como mediação imagética do ato governamental, talvez não.

As duas propagandas, por fim, conseguem alcançar um feito ainda mais potente: selecionar as imagens e publicá-las, pinçando-as de um repertório imaginativo que circula socialmente (do homem do campo, do trabalhador na fábrica, da criança feliz...) para pretensamente impulsionar um Brasil imaginado a partir desse repertório seletivo: “eu quero saber mais, eu quero ser alguém, eu cresço com o Minerva e o Brasil cresce também...” canta a letra do *jingle* do Projeto Minerva, e é nesse espírito, sem dar as caras publicamente, que o governo militarizado deposita o futuro nas mãos de um mito – com a assustadora literalidade que isto assume em anos recentes –; um “novo mundo”, um “novo ensino” intitula as peças propagandísticas, tudo deve assumir a roupagem do novo, ainda que, numa mesma temporalidade e sob uma mesma governança, os projetos que se orientam para escolarizações distintas se alimentem do mesmo imaginário em algumas de suas representações, “imagem viva da comunhão... independentemente da desigualdade e da exploração



Esta obra está licenciada com uma Licença [Creative Commons](https://creativecommons.org/licenses/by/4.0/)
Atribuição 4.0 Internacional.

Revista Tópicos Educacionais, Pernambuco, v. 30, n. 1, p. 78-99, 2024. ISSN: 2448-0215.
Dossiê Temático: “O golpe de 1964 e a educação”
<https://periodicos.ufpe.br/revistas/topicoseducacionais/index>
<https://doi.org/10.51359/2448-0215.2024.263726>

efetivas que possam existir dentro dela, a nação é sempre concebida como uma profunda camaradagem horizontal” (Anderson, 2008, p. 34).

Referências

AMADO, Gildásio. **Educação média e fundamental**. Rio de Janeiro: José Olympio. 1973.

ANDERSON, Benedict. **Comunidades imaginadas**: reflexões sobre a origem e difusão do nacionalismo. Tradução de Denise Bottman. São Paulo: Companhia das Letras, 2008.

BRASIL. Decreto-Lei nº 348, de 4 de janeiro de 1968. Dispõe sobre a organização, a competência e o funcionamento do Conselho de Segurança Nacional e dá outras providências (1968a). Disponível em: <https://www2.camara.leg.br/legin/fed/declei/1960-1969/decreto-lei-348-4-janeiro-1968-376457-republicacao-31799-pe.html> Acesso em 07 jun. 2024.

BRASIL. lei nº 5.540, de 28 de novembro de 1968. Fixa normas de organização e funcionamento do ensino superior e sua articulação com a escola média, e dá outras providências (1968b). Disponível em: <https://www2.camara.leg.br/legin/fed/lei/1960-1969/lei-5540-28-novembro-1968-359201-publicacaooriginal-1-pl.html> Acesso em 07 jun. 2024.

BRASIL. Centro Técnico Audiovisual (CTAV). Catálogos. Rio de Janeiro, [s.d]. Disponível em: <https://www.gov.br/ctav/pt-br/preservacao-e-difusao/catalogos> Acesso em 07 jun. 2024.

BRASIL. Decreto nº 63.914, de 26 de dezembro de 1968. Provê sobre o Programa de Expansão e Melhoria do Ensino Médio (PREMEM) e dá outras providências (1968c). Disponível em: [https://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1960-1969/decreto-63914-26-dezembro-1968-405261-publicacaooriginal-1-pe.html#:~:text=Prov%C3%AA%20sobre%20o%20Programa%20de,PREMEM\)%20e%20d%C3%A1%20outras%20provid%C3%AAs](https://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1960-1969/decreto-63914-26-dezembro-1968-405261-publicacaooriginal-1-pe.html#:~:text=Prov%C3%AA%20sobre%20o%20Programa%20de,PREMEM)%20e%20d%C3%A1%20outras%20provid%C3%AAs). Acesso em 07 jun. 2024

BRASIL. Decreto-Lei nº 405, de 31 de dezembro de 1968. Provê sobre o incremento de matrículas em estabelecimentos de ensino superior em 1969 (1968d). Disponível em: <https://www2.camara.leg.br/legin/fed/declei/1960-1969/decreto-lei-405-31-dezembro-1968-376163-publicacaooriginal-1-pe.html> Acesso em 07 jun. 2024.

BRASIL. Lei nº 5.692, de 11 de agosto de 1971. Fixa as Diretrizes e Bases para o ensino de 1º e 2º graus, e dá outras providências. Brasília, DF: Câmara dos Deputados. Disponível em: <http://www2.camara.leg.br/legin/fed/lei/1970-1979/lei-5692-11-agosto-1971-357752-publicacaooriginal-1-pl.html> Acesso em: 09 fev. 2024.

BRESSER-PEREIRA, Luiz Carlos. **Desenvolvimento e Crise no Brasil**: história, economia e política de Getúlio Vargas a Lula 5 ed. São Paulo: Editora 34, 2003. Disponível em:



Esta obra está licenciada com uma Licença [Creative Commons Atribuição 4.0 Internacional](https://creativecommons.org/licenses/by/4.0/).

Revista Tópicos Educacionais, Pernambuco, v. 30, n. 1, p. 78-99, 2024. ISSN: 2448-0215.

Dossiê Temático: “O golpe de 1964 e a educação”

<https://periodicos.ufpe.br/revistas/topicoseducacionais/index>

<https://doi.org/10.51359/2448-0215.2024.263726>

<https://www.bresserpereira.org.br/books/desenvolvimento-e-crise-no-brasil-5a-edicao/00000-desenvolvimento-e-crise-no-brasil-5a-edicao.pdf> Acesso em: 23 jun. 2024.

BOURDIEU, Pierre. Notas provisórias sobre a percepção social do corpo. (Tradução de Ana Maria F. Almeida) **Pro-Posições**, Campinas, v. 25, n. 1, p. 247-256, abr. 2014. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0103-73072014000100014&lng=en&nrm=iso Acesso em: 04 ago. 2024.

CABRA marcado para morrer. In. Paraíba Criativa. Ficha técnica. Paraíba, 2020. Disponível em: <https://paraibacriativa.com.br/artista/cabra-marcado-para-morrer/> Acesso em 07 jun. 2024.

CATERINA, Gianfranco. O papel da USAID no financiamento ao governo brasileiro (1964-1967). **CADUS – Revista de História, Política e Cultura**, São Paulo, v.1, n.1, Julho/2015. Disponível em: <https://revistas.pucsp.br/polithicult/article/viewFile/23723/17005> Acesso em 15 jun. 2024.

CUNHA, Luiz Antônio. Polivalentes ou polichinelos? **Ciência e Cultura**. São Paulo, ano 1977, ed. 00004, 29 (4), p. 420-428, abr. 1977. Disponível em: <https://memoria.bn.br/docreader/DocReader.aspx?bib=003069&pagfis=21604> Acesso em 07 jun. 2024.

DOMENACH, Jean-Marie. **A propaganda política**. Tradução de Ciro T. Pádua. 2.^a Edição. São Paulo: Difusão Européia do Livro. S/D. Coleção Saber Actual. [1963]. Disponível em: http://www.educadores.diaadia.pr.gov.br/arquivos/File/2010/sugestao_leitura/filosofia/texto_pdf/a_propagandapolitica.pdf Acesso em 07 jun. 2024.

FICO, Carlos. **Reinventando o otimismo**: ditadura, propaganda e imaginário social no Brasil, 2.^a ed. Rio de Janeiro: FGV Editora, 2024. Edição do Kindle. Ebook.

FREYTAG, Christine, Philanthropismus [online]. **Socialnet Lexikon**. Bonn: socialnet, 2019a. Disponível em: <https://www.socialnet.de/lexikon/28162> Acesso em 19 jun. 2024.

FREYTAG, Christine. Philanthropische Pädagogik [online]. **Socialnet Lexikon**. Bonn: socialnet, 2019b. Disponível em: <https://www.socialnet.de/lexikon/27972> Acesso em 19 jun. 2024.

FUNARTE celebra o legado do ator Paulo César Pereio. **Funarte**. Brasília, 13 maio 2024. Disponível em: <https://www.gov.br/funarte/pt-br/assuntos/noticias/todas-noticias/funarte-celebra-o-legado-do-ator-paulo-cesar-pereio> Acesso em: 08 jun 2024.

GAUDITANO, Rosa; ZERWES Erika. As fotografias de Rosa Gauditano e as greves do ABC no final dos anos 1970. **Zum, Revista de Fotografia**. São Paulo, 21 maio 2018. Disponível em: <https://revistazum.com.br/radar/rosa-gauditano-greves-abc/> Acesso em 24 jun. 2024.

GILLARD, Derek. **Education in England**: the history of four schools. Disponível em: <http://www.educationengland.org.uk/> Acesso em: 15 jun. 2024.



Esta obra está licenciada com uma Licença [Creative Commons](https://creativecommons.org/licenses/by/4.0/)
Atribuição 4.0 Internacional.

Revista Tópicos Educacionais, Pernambuco, v. 30, n. 1, p. 78-99, 2024. ISSN: 2448-0215.
Dossiê Temático: “O golpe de 1964 e a educação”
<https://periodicos.ufpe.br/revistas/topicoseducacionais/index>
<https://doi.org/10.51359/2448-0215.2024.263726>

GONÇALVES, Rita de Cassia Pacheco et al. **Arquitetura escolar, a essência aparece**: fábrica e escola confundem-se no desenho da polivalente. 1996. Dissertação (Mestrado em Educação) - Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 1996. Disponível em: <https://repositorio.ufsc.br/bitstream/handle/123456789/76534/105114.pdf?sequence=1> Acesso em: 22 jun. 2024.

INSTITUTO Nacional de Cinema. In. Instituto de Estudos Brasileiros (IEB). São Paulo, 2016. Disponível em: <https://www.ieb.usp.br/instituto-nacional-de-cinema/> Acesso em 07 jun. 2024.

JOSÉ Carlos Avellar. Quem é quem no cinema. Filmeb. [s.l.] [s.d]. Disponível em: <https://www.filmeb.com.br/quem-e-quem/outros/jose-carlos-avellar> Acesso em 07 jun. 2024.

JÖRISSEN, Benjamin. Brauchbarkeit vs. Bildung: Zur sozialgeschichtlichen Einbettung des Philanthropismus. **Seminar Paper**. Munich, GRIN Verlag, 1998. Disponível em: <https://www.grin.com/document/95852> Acesso em: 19 jun. 2024.

KRUEGER, Cristine. **Sector loans and education development in Brazil**: a desk review of Impacts [S.l.: s.n.], 1980. Disponível em: https://pdf.usaid.gov/pdf_docs/PNAAR345.pdf Acesso em: 21 jul. 2023.

PEREIRA, Lara Rodrigues. A criação do Instituto Nacional de Cinema Educativo na Era Vargas: debates e circulação de ideias. **Cadernos de História da Educação**, v. 20, 2021. Disponível em: http://educa.fcc.org.br/scielo.php?pid=S1982-78062021000100321&script=sci_arttext Acesso em 07 jun. 2024.

MILLARCH, Aramis. A memória (filmada) de "70 anos de Brasil". **Estado do Paraná**, 26 abr. 1975. Disponível em: <https://www.millarch.org/artigo/memoria-filmada-de-70-anos-de-brasil> Acesso em 08 jun. 2024.

MEMORIAL DA DEMOCRACIA. Governo anuncia 'distensão segura'. Geisel apresenta projeto de 'abertura controlada' e tenta legitimar o regime. Disponível em: <https://memorialdademocracia.com.br/card/governo-anuncia-distensao-segura> Acesso em 24 jun. 2024.

MONTERASTELLI, Alessandra. Como a ditadura militar produziu violência com cidades de ferro e concreto. Obras faraônicas no interior do Brasil e a supressão da natureza nas capitais foram mote de uma arquitetura hostil. São Paulo: **Folha de São Paulo**, 27 maio 2024. Disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/ilustrada/2024/03/como-a-ditadura-militar-produziu-violencia-com-cidades-de-ferro-e-concreto.shtml> Acesso em: 15 jun. 2024.

O NOVO ENSINO – Lei 5692 (1973). Centro Técnico Audiovisual – CTAV. Vídeo (09:54 min) Disponível em: https://www.youtube.com/watch?v=az__-mV5TOs&t=66s Acesso em: 17 jun. 2024.



Esta obra está licenciada com uma Licença [Creative Commons](https://creativecommons.org/licenses/by/4.0/)
Atribuição 4.0 Internacional.

Revista Tópicos Educacionais, Pernambuco, v. 30, n. 1, p. 78-99, 2024. ISSN: 2448-0215.
Dossiê Temático: “O golpe de 1964 e a educação”
<https://periodicos.ufpe.br/revistas/topicoseducacionais/index>
<https://doi.org/10.51359/2448-0215.2024.263726>

O NOVO ensino (1973). In. Cinemateca Brasileira. Filmografia, ficha técnica. São Paulo, [s.d]. Disponível em: <https://bases.cinemateca.org.br/cgi-bin/wxis.exe/iah/> Acesso em 07 jun. 2023,

PEDROSA, José Geraldo; JÚNIOR, Nilton Ferreira Bittencourt. americanismo e educação para o trabalho no Brasil: os ginásios polivalentes (1971-1974). **Trabalho & Educação**, v. 24, n. 1, p. 11-30, 2015. Disponível em: <https://periodicos.ufmg.br/index.php/trabedu/article/download/9408/6702/> Acesso em 15 jun. 2024.

OLIVEIRA, George Fredman Santos. **Entre a grande elipse e a curta duração**: o Programa de Expansão e Melhoria do Ensino Médio (Premem) entre os anos 1968 e 1971 e o caso de Santa Catarina. Tese (Doutorado em Educação). Universidade Federal de Santa Catarina. Florianópolis, 2024. Disponível em: <https://repositorio.ufsc.br/bitstream/handle/123456789/259959/PEED1755-T.pdf?sequence=1&isAllowed=y> Acesso em 08 out. 2024.

RUBINSTEIN, David; SIMON, Brian. **The Evolution of the Comprehensive School**: v .31. London; New York: Taylor and Francis, 2007, v.1 Edição do Kindle. E-book.

TITE de Lemos. In. Antônio Miranda. **Poesía de Ibero América**. Brasília, [s.d]. Disponível em http://www.antoniomiranda.com.br/iberoamerica/brasil/tite_de_lemos.html Acesso em 07 jun. 2024.

UM NOVO MUNDO (1972). Arquivo Nacional. Fundo Agência Nacional. BR_RJANRIO_EH_0_FIL_DCT_ 0116_000. Vídeo (10:44 min) Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=ugDZ2aQF7x0> Acesso em: 23 jun. 2024.

UNIFICANDO as lutas: as greves de 1978-1980. Fundação Perseu Abramo. São Paulo, 2024. Disponível em: <https://fpabramo.org.br/pt42anos/unificando-as-lutas/>. Acesso em 23 jun. 2024.

Recebido em julho de 2024.

Aprovado em setembro de 2024.



Esta obra está licenciada com uma Licença [Creative Commons](https://creativecommons.org/licenses/by/4.0/)
Atribuição 4.0 Internacional.

Revista Tópicos Educacionais, Pernambuco, v. 30, n. 1, p. 78-99, 2024. ISSN: 2448-0215.
Dossiê Temático: “O golpe de 1964 e a educação”
<https://periodicos.ufpe.br/revistas/topicoseducacionais/index>
<https://doi.org/10.51359/2448-0215.2024.263726>